



Instituto Superior de Ciências da Educação

ISCED-HUÍLA

**O SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ANGOLANOS:
DIFICULDADES E CONTRADIÇÕES (1961 – 2002).**

Autor: Isaú Celestino Bastos Pinto

LUBANGO

2021



Instituto Superior de Ciências da Educação

ISCED- HUILA

**O SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ANGOLANOS:
DIFICULDADES E CONTRADIÇÕES (1961 – 2002).**

Trabalho apresentado para a
obtenção do Grau de Licenciatura
em Ensino de História.

Autor: Isaú Celestino Bastos Pinto

Tutor: José Alfredo de Matos

LUBANGO

2021



Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla
ISCED-HUÍLA

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Tenho consciência que a cópia ou o plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou retirada do grau, constituem uma grave violação da ética académica.

Nesta base, eu ISAÚ CELESTINO BASTOS PINTO, estudante finalista do Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (ISCED-Huíla) do curso de História, do Departamento de CIÊNCIAS SOCIAIS, declaro por minha honra, ter elaborado este trabalho, só e somente com o auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquiridos durante a minha carreira estudantil e profissional.

Lubango, ____ de _____ de 2021

O Autor

DICATÓRIAS.

Dedico este trabalho aos meus pais Serpa Pinto e Almerinda Florença Barata Bastos, que me ensinaram a importância de lutar pelos nossos sonhos.

AGRADECIMENTOS.

Meus agradecimentos vão em primeiro lugar aos meus pais por me terem gerado. Aos meus estimados irmãos/as, a Odete, César, Kakumba, Sanji, Kassova, Kaluy, Kussama, Samanjolo e aos meus amigos Serafim, Chimbalandongo, pelo apoio e coragem que deram na elaboração deste trabalho. Profundo agradecimento a minha família e meus filhos Meli, Fedi, Richa, Odete, Belito, Geni, Nireidi, Veni, Jackson, Titi, Tildi, e o Rodi, que sempre estiveram ao meu lado. Ao meu professor Orientador Dr José Alfredo de Matos, pela paciência, dedicação e pela disponibilidade demonstrada a quando a elaboração deste trabalho. O meu reconhecimento e agradecimento aos meus professores do 1° ao 4° ano pelos valiosos conhecimentos transmitidos durante esta etapa. Agradeço também a todos os não nominalmente mencionados, mas directa ou indirectamente deram o seu apoio para a confirmação daquilo que hoje conseguimos ter neste nosso trabalho. Mais uma vez estou profundamente agradecido.

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS UTILIZADAS.

ABAKO- *AlliancedesBakongo*

ALIAZO- *AlliancedesRessortissants de Zombo.*

UPA- União das Populações de Angola.

MPLA- Movimento de Popular de Libertação de Angola.

PDA- Fórum Democrático Angolano.

MLEC- Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda.

MDIA- Movimento pela Defesa dos Interesses de Angola.

MIA- Movimento para Independência de Angola.

LNA- Liga Nacional Africana.

FNLA- Frente Nacional para Independência de Angola.

MAC- Movimento Anti-Colonial.

PAIGC-Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde.

EUA- Estados Unidos de América.

URSS- União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas.

MFA-Movimento das Forças Armadas.

UNITA- União Nacional para Independência Total de Angola.

PCA- Partido Comunista Angolano.

PLUAA-Partido para a Luta Unida dos Africanos de Angola.

UPNA- União das Populações do Norte de Angola.

ANANGOLA- Associação Regionais dos Naturais de Angola.

MINA- Movimento para Independência Nacional de Angola.

FAPLA-Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

CNE- Comissão Nacional Eleitoral.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

ONU- Organizações das Nações Unidas.

UNAVEM-*United Nations Angola Verification Mission* (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola).

PIB- Produto Interno Bruto.

CCPM- Comissão Conjunta Político-Militar.

RESUMO.

Os acontecimentos históricos que ocorreram na cena internacional após a segunda Guerra mundial mudaram a forma de concepção das lutas anticoloniais, a constituição de dois blocos políticos e militares antagónicos exerceram o seu papel no aspecto da descolonização dos países dependentes.

A abordagem sobre colonialismo na literatura angolana nem sempre teve espaço suficiente para a sua inserção, uma vez que num determinado período da História de Angola a administração colonial tentou silenciar toda produção bibliográfica que visasse redescobrir e desenvolver o vasto campo cultural que o país ostenta. Actualmente nota-se a mesma sequência por motivos político-partidários, a História deste país está ser escrita e contada na actual geração de forma subjectiva para cobrir os interesses políticos, o que torna desafiante para os académicos a aprofundar as pesquisas apesar dos caminhos ser muito espinhosos.

O estudo está estruturado por dois capítulos, o capítulo i, aborda os aspectos relacionados com a emancipação dos primeiros movimentos nacionalistas, o surgimento das primeiras organizações semi-formais do nacionalismo angolano, e o chamado nacionalismo na clandestinidade, sem esquecer o papel fundamental dos líderes das organizações partidárias que mais se destacaram contra a dominação colonial.

O capítuloii, descreve as peripécias de um nacionalismo mais activo e defendido pelos estatutos de carácter internacional para os países dependentes do imperialismo a conquistarem as suas independências, e no campo angolano ilustrou-se as dificuldades e contradições do nacionalismo angolano principalmente durante e depois de 1974, cenário agudizado pelos acordos de Alvor no dia 15 de Janeiro de 1975. Cujo conflito se estendeu até a morte de Jonas Savimbi.

Finalmente, o capítulo iii enfatizou os aspectos quantitativos do estudo feito através dos inquéritos por questionários e entrevistas. A quantificação foi classificada pelo género, amostra e percentagem dos inquiridos.

ABSTRACT.

The historical events that took place on the international scene after World War II changed the way in which anti-colonial struggles were conceived, the constitution of two antagonistic political and military blocs played their role in the aspect of decolonization of dependent countries.

The approach to colonialism in Angolan literature did not always have enough space for its insertion, since in a certain period of the history of Angola the colonial administration tried to silence all bibliographic production that aimed to rediscover and develop the vast cultural field that the country has. Currently, the same sequence can be seen for political-partisan reasons, the history of this country is being written and told in the current generation in a subjective way to cover political interests, which makes it challenging for academics to deepen their research despite the path being very thorny.

The study is divided into two chapters, chapter I, deals with aspects related to the emancipation of the first nationalist movements, the emergence of the first semi-formal organizations of Angolan nationalism, and the so-called underground nationalism, without forgetting the fundamental role of leaders of the party organizations that stood out most against colonial domination.

Chapter ii describes the ups and downs of a more active nationalism defended by international statutes for countries dependent on imperialism to conquer their independence, and in the Angolan field, the difficulties and contradictions of Angolan nationalism were illustrated, mainly during and after 1974, a scenario exacerbated by the Alvor agreements on January 15, 1975. Whose conflict lasted until the death of Jonas Savimbi.

Finally, chapter iii emphasized the quantitative aspects of the study carried out through questionnaire surveys and interviews. Quantification was classified by gender, sample and percentage of respondents.

ÍNDICE

DICATÓRIAS.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS UTILIZADAS.....	vi
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
INTRODUÇÃO.....	2
Motivação da Escolha do Tema.....	3
Delimitação do Tema.....	3
Formulação do Problema.....	3
OBJECTIVOS.....	3
Objectivo Geral:.....	4
Objectivos Específicos:.....	4
Relevância da Investigação.....	4
Relevância Teórica da Investigação.....	4
Relevância Prática da Investigação.....	4
QUADRO METODOLÓGICO.....	5
Técnicas de Pesquisa.....	5
1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA INVESTIGAÇÃO.....	8
1.1- Estado da Arte.....	9
1.2- Situação Geográfica de Angola.....	13
1.3- A génese do Nacionalismo angolano.....	14
15- Que Angola os Nacionalistas Idealizaram.....	16
CAPÍTULO II: CONTRADIÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE 1961- 2002.....	19
2.1- Fundação dos Partidos Políticos.....	19
2.2- O 4 de Fevereiro de 1961 e os seus desacordos.....	22
2.3- Acordos de Alvor e a proclamação da Independência de Angola.....	24
2.4- A Guerra Civil Angolana.....	28
2.5- As Primeiras Eleições angolana.....	31
2.6- O Reinício da Guerra Civil angolana.....	33
2.7- A Morte de Jonas Savimbi é o fim do Conflito Angolano?.....	34
CAPÍTULO III- APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	38
3- Local de Pesquisa.....	38
3.1- Preliminares da Investigação.....	38

3.2- População.....	38
3.2.1- Amostra.	38
3.2.2- Caracterização da Amostra.....	39
Gráfico 2- Idade. Gráfico 3- Tempo de Residência.....	40
3.2.3-Análises e apresentação dos resultados dos inquéritos feitos.	40
CONCLUSÕES.....	46
RECOMENDAÇÕES.	47
BIBLIOGRAFIA.....	49
Anexos 1. OS FUNDADORES DA FNLA, MPLA E UNITA.	52
Anexo 2. OS PRESIDENTES PROCLAMADORES DA INDEPENDÊNCIA.	52

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma abordagem investigativa concatenada a emergência dos movimentos nacionalistas no campo político angolano através do seguinte título: **O Surgimento dos Movimentos Nacionalistas Angolanos: Dificuldades e Contradições (1961 – 2002)**.

O título em epígrafe, é relevante porque reveste-se do ponto de vista teórico e prático na perspectiva de enriquecer a bibliografia da comunidade académica e não só, através das palestras e debates com a juventude, para difundir a informação nos cantos comunitários. Praticamente, os académicos poderão fazer as consultas que venham a possibilitar a elaboração de outros estudos correlacionais.

A grande importância deste título reside no contexto de aprofundar o processo do nacionalismo e as contradições que ocorreram à sua volta. Consequentemente proporciona a compreensão de resolução de problemas relacionados aos conteúdos de História. Pensa-se que é fundamental a divulgação do mesmo de forma objectiva, precisa, coerente e acima de tudo imparcial.

O mesmo título foi constituído dentro dos seguintes objectivos: 1- Objectivo Geral: Compreender o surgimento dos movimentos Nacionalistas, suas dificuldades e contradições.

Objectivos Específicos: 1- Identificar as razões que estiveram na base da fundação dos partidos Nacionalistas em Angola; 2- Descrever os motivos das contradições dos partidos nacionalistas em Angola; 3- Analisar o impacto das contradições na vida socioeconómica dos angolanos; 4- Propor a alteração das siglas de alguns partidos que continuam como movimentos.

Para alcançar o desejado dos objectivos pré-definidos foi necessário a utilização dos seguintes métodos: Método Histórico, Método Comparativo, Método documental e Método qualitativo.

O tipo de investigação é descritiva-qualitativa.

Motivação da Escolha do Tema.

Fomos motivados pela existência de pouca informação sobre o processo da Luta Armada angolana nas comunidades, uma vez que a História deste país é marcada no seu percurso pelas lutas de um autêntico nacionalismo influenciado pelos actos desumanos do opressor durante a dominação colonial. Assim sendo surgiu a necessidade de elaborar um Estudo científico perto dos atores sociais que possam contribuir com um certo conhecimento sobre o assunto em abordagem.

Delimitação do Tema.

O Tema em Estudo é muito vasto, por isso não se fará uma análise do evento em todos os seus domínios, tratamos apenas dos principais aspectos políticos, sociais e culturais ocorridos em Angola no período de 1961 á 2002.

Formulação do Problema.

Os percursos de Angola como República independente tiveram muitos contornos, desde a concepção do nacionalismo, formação dos movimentos políticos, inclusive as contradições entre eles. Essas contradições até aqui constituem motivo de investigações, desta feita o tema em causa abordou as peripécias deste processo desde 1961 a 2002. Assim, formulamos a seguinte pergunta de partida:**Quais foram as razões das contradições dos movimentos de libertação angolana (1961-2002)?**

OBJECTIVOS.

Os objetivos de Investigação determinam saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar. Desta feita, os objetivos de pesquisa de modo geral são requisitos para desenvolver uma pesquisa científica para atingir uma meta.

Objectivo Geral:

- Compreender o surgimento dos movimentos Nacionalistas, dificuldades e contradições.

Objectivos Específicos:

- Identificar as razões que estiveram na base da fundação dos partidos Nacionalistas de Angola.
- Descrever os motivos das contradições dos partidos nacionalistas de Angola.
- Analisar o impacto das contradições na vida socioeconómica dos angolanos.
- Propor a alteração das siglas de alguns partidos que continuam como movimentos.

Relevância da Investigação.

O tema proposto é de capital importância, pois ajudará a conhecer de forma aprofundada o processo do nacionalismo e as contradições que ocorreram à sua volta. Consequentemente proporciona a compreensão de resolução de problemas relacionados aos conteúdos de História. Pensa-se que é fundamental a divulgação do tema de forma objectiva, precisa, coerente e acima de tudo imparcial com o intuito de dar a conhecer à comunidade académica sobre as dificuldades e contradições do nacionalismo angolano.

Relevância Teórica da Investigação.

Esta pesquisa vai contribuir para o enriquecimento bibliográfico da comunidade através das palestras e debates com a juventude, para difundir a informação nos cantos comunitários.

Relevância Prática da Investigação.

Em termos práticos, vai contribuir para a sociedade académica fazer as consultas que possibilitará a elaboração de outros estudos.

QUADRO METODOLÓGICO.

O Quadro cumpre a metodologia científica e suas técnicas. Método- significa, literalmente, o caminho para chegar a um fim, é portanto, o caminho em direção a um objetivo; metodologia é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa(GERHARDT, 2009).

Técnicas de Pesquisa.

Os Métodos se interessam pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa, assim sendo, a condução dos mesmos exigem de forma objectiva a aplicação das Técnicas de Pesquisa. Passa-se a menção dos métodos: Método documental, Método Histórico, Método Comparativo e Método qualitativo.

Técnicas de Pesquisa - A técnica serve para registrar e quantificar os dados observados, ordená-los e classificá-los. Passa-se a menção das técnicas: Questionários, Entrevistas, Observações, Formulários e Discussão em grupo.

Método Documental – É um estudo baseado em documentos como matéria primordial, seja revisões bibliográficas, seja pesquisas historiográficas, e deles extrai-se toda a análise, os documentos são organizados e interpretados segundo os objectivos da investigação proposta(SANTOS, 2000). Este método foi usado neste trabalho para fazer busca do material, sobre os aspectos fundamentais, reflexão, espírito crítico, análise e síntese dos factos que comprovam os elementos importantes atinentes ao tema em pesquisa.

Método Histórico - Tem como pressuposto reconstruir o passado objectivo, distingue as relações sociais de produção das ideias e dos conceitos em parte, porque é em si uma distinção histórica retrospectiva, geralmente relacionando o passado com o presente e vice e versa.(FIGALO, 2015).

Método Comparativo – o método comparativo consiste em investigar factos e explicá-los segundo as suas semelhanças e diferenças. Permite a análise de dados concretos e a dedução dos mesmos segundo as suas convergências e

divergências de elementos constantes, abstrações gerais, propiciando investigações de carácter indirecto.(LEITE, 2013).

Método Qualitativo – A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa(GERHARDT, 2009).

**CAPÍTULO: I- O SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS
ANGOLANOS: DIFICULDADES E CONTRADIÇÕES (1961 – 2002).**

1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA INVESTIGAÇÃO.

Tratar dos movimentos do nacionalismo angolano exige mergulhar na sua génese, desta feita, cabe salientar que a génese do mesmo remonta aos tempos ligados à penetração dos primeiros portugueses em Angola. Mas por uma razão da delimitação temporal do Tema em Estudo, pretende-se fazer um recuo pelo-menos de uma década para correlacionar alguns aspectos que evidenciaram a década de 1960.

As ideias dos primeiros esboços doutrinários que muito influenciaram o despertar da consciência revolucionária anti-colonial em África provêm de duas correntes fundamentais: a Negritude e o Pan-africanismo. Ambas aparecem com o objectivo de reabilitar a identidade negro-africana, para a recuperação de uma personalidade considerada destruída, inferiorizada e desprestigiada que é a identidade africana. Se o Pan-africanismo consistiu em aspectos de reivindicação dos direitos políticos para os africanos, revestindo-se de uma considerável carga ideológica da autonomia nacional, a Negritude, assente nos aspectos culturais, pretendeu defender a cultura africana, através da literatura, da arte e da poesia, próprias da inteligência do negro africano(CAPOCO, 2013).

Antes da insurreição angolana, as organizações angolanas estavam divididas sobre uma acção indirecta em Angola. Só a União das Populações Angolanas (UPA), e o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), passavam como favoráveis a esta acção. Um e outro deram prova a partir de 1961. O MPLA esteve na origem dos incidentes de Luanda, do mês de Fevereiro de 1961(CASIMIRO, 2011, p. 36).

A UPA, foi uma organização política que desempenhou um papel muito importante nos acontecimentos ocorridos em 1961, tal como: Fez avançar os seus comandos ao longo do corredor central norte-sul, desde a fronteira até aos Dembos, sem que encontrassem oposição. Obteve o seu mais importante sucesso psicológico ao forçar os portugueses a caírem no erro de abandonar a poderosa fortaleza de Bembe, melhor dizendo, poderosa à adversários armados com pedras e canhangulos, que foi atacada a 17 de Abril e abandonada no dia seguinte(PÉLISSIER & WHEELER, 2011).

Tanto o PDA como MLEC navegavam entre a violência e a não-violência, e hoje em dia, com a excepção das organizações de inspiração portuguesa, MDIA, NGWIZAKO e NTO-ABAKO, a quase totalidade das massas angolanas aderiam à ideia da luta armada para expulsar o colonialismo português do país (*Idem, 2011*).

As origens de alguns movimentos do nacionalismo angolano são poucas conhecidas. O conhecimento de um passado recente que se tem hoje é sobre a UPA. A UPA é fruto de uma dissensão entre gente de uma mesma tribo, nele adiciona-se o Movimento pela Independência de Angola (MIA) e a Liga Nacional Africana (LNA), tanto como os outros movimentos que se vergaram pela causa de Angola, serão detalhados no desenrolar da Génese do Nacionalismo Angolano.

1.1- Estado da Arte.

Desenvolver descritivamente uma abordagem temática sobre o nacionalismo angolano exige uma verdadeira hermenêutica dos factos que arrolam este processo, porque nele se envolvia várias organizações de tratos sociais diferentes, e alguns deles hoje não têm informações concisas porque este ou aquele ofuscou os seus efeitos.

Durante o percurso de revisão bibliográfica foi possível se deparar com muitas informações deixadas nas ruas de literatura nacional e internacional, dos quais foi possível seleccionar algumas que pudessem ajudar na construção e alcance dos objectivos pré-definidos.

De forma cronológica cita-se algumas bibliografias cujos estudos convergem a respeito da génese e evolução do nacionalismo angolano: TorSellström (2008); Jean MartialArseneMbah (2010); Fátima D'alva Penha Salvaterra Pares (2010); Siona Casimiro (2011); Zeferino Capoco (2012,); Fernando de Sousa (2013); Abílio José Augusto Kamalata Numa (2015); João Miguel Pinela Furtado Jonas (2015) e Miguel da Piedade Satiyambula (2018).

Sellström (2008), na sua obra intitulada: *A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau*; lembrou que até à eclosão da guerra de libertação no início de 1961, Angola, talvez mais do que qualquer outro país na África Austral, era bastante desconhecida fora do mundo

português. Era, sem dúvida, este o caso na Suécia. No século XIX tinham sido feitos alguns contactos indirectos com as extremas setentrionais do país, por intermédio de companhias de missionários suecos no Congo e, acima de tudo, com a região sudoeste, através das operações comerciais à distância com a Namíbia, levadas a cabo por Axel Eriksson.

Houve ainda visitas a Angola de alguns suecos, com a Igreja Metodista Internacional, ou como exploradores e aventureiros. Além de contactos posteriores, por meio de transporte marítimo, especialmente por via do serviço regular da Transatlantic entre a Suécia e a África do Sul, não houve ligações históricas directas com a África ocidental lusitana. Em 1960, os interesses oficiais da Suécia em Angola continuavam a ser representados por dois cidadãos britânicos, que exerciam funções, respectivamente, como cônsul em Luanda e vice-cônsul no Lobito (SELLSTRÖM, 2008).

Mbah (2010), na sua obra intitulada: *Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) 1961-1975*; salientou que, contrariamente a Acra, a África portuguesa estava bem representada na capital tunisiana em 1960. Holden Roberto, o líder da UPA, já não estava sozinho, e tinha agora que contar com a presença de outras individualidades das colónias portuguesas com percursos políticos e formação ideológica muito diferente da sua própria experiência. Entre outros contava-se com os Laras, Lúcio e Ruth, Viriato da Cruz e Hugo Azancot de Menezes, militantes do MAC. O Cabo-verdiano Amílcar Cabral, outra grande figura da luta, também estava presente na sua dupla qualidade de militante do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo-verde (PAIGC).

Pares (2010), na sua obra intitulada: *A Revolta Activa: Os Conflitos Identitários no Contexto da Luta de Libertação Nacional*; descreveu que a adesão à Revolta Activa foi justificada por entender que o Movimento estava a atravessar uma fase má e que era necessário bater-se pela existência de um Congresso que restabelecesse uma direcção colectiva do Movimento como forma de o MLPA readquirir o peso e a imagem que criara ao longo do seu percurso histórico.

Para Portugal, o final da década de 1960 é de abrandamento, em termos de pressão internacional, contrastando com a fase inicial, sobretudo ao nível das posições que foram sendo tomadas no principal fórum das nações. Nos primeiros anos dessa década, Portugal viu-se pressionado tanto pelos EUA, que, com a administração Kennedy, apoiavam a autodeterminação dos povos africanos, como através pela URSS, que apoiava o grupo dos países afro-asiáticos que defendiam intransigentemente a independência das colónias e atacavam as potências coloniais ainda resistentes (PERES, 2010).

Casimiro (2011), na sua obra intitulada: *Memórias do Jornalismo que acompanhou a Luta de Libertação Nacional: Maquis e Arredores*, descreveu que as agências portuguesa de informação fechavam-se no total silêncio quanto a luta heroica do povo angolano e, em contrapartida, difundiam que a luta estava a ser esmagada pelas forças portuguesas.

Este silêncio e esta propaganda não se destinava, se não a falsear a opinião mundial e a rebaixar os esforços denodados do povo angolano. Felizmente, apesar desta mentirosa propaganda, a opinião pública mundial avolumava-se a favor da luta angolana (CASIMIRO, 2011).

Capoco (2012), na sua obra intitulada: *O Nacionalismo e o Estado: um Estudo Sobre a História Política de Angola (1961-1991)*; arrolou, que neste sentido, a hipótese da descolonização foi largamente interpretada como o direito do território colonial de exigir a libertação total em ordem à obtenção da soberania nacional inserida no quadro jurídico do direito internacional da autodeterminação dos povos. Entendeu-se que a soberania pressupunha, para a sua efectivação, o recurso à força como forma de pressionar que tal direito fosse conquistado ao poder colonial.

Sousa (2013), na sua obra intitulada: *O Nacionalismo Africano no Caminho Para a Democracia: A Transição do Poder Colonial para o Partido Único nos Palops*, realçou que no período colonial uma das questões que se levantava para muitos nativos era a da legitimidade que o Estado soberano tinha para representar o poder. Este Estado, no exercício da sua autoridade sobre a maioria da população, detinha o poder que era conferido pela lei que ele mesmo emanava. Desta forma, sendo este poder “estrangeiro” exercido sobre uma parte significativa da população indígena e havendo por parte desta

população a memória de sofrimento, colocava-se a questão da aspiração libertacionista e nacionalista. Esta aspiração parecia justificar-se tendo em conta que os povos se encontravam sob um governo no qual não se reviam.

Ao longo da primeira metade do século XX a mudança da ordem mundial, em particular no período entre as duas Guerras, foi vital para que fossem criadas as condições internacionais necessárias ao surgimento e disseminação de ideias nacionalistas em África. Estas ideias foram essencialmente geradas fora de África e disseminadas sobretudo por grupos de intelectuais descendentes de africanos que se encontravam a viver nos Estados Unidos da América e nas grandes capitais europeias (SOUSA, 2013).

Numa (2015), na sua obra intitulada: *ANGOLA: Prólogo ao Projecto do Mwangay-Democracia e Construtivismo*; para o autor a génese do nacionalismo africano esteve ligada ao movimento nacionalista africano que foi impulsionado pelo pan-africanismo, cujos eventos também foram absorvidos por Angola anticolonial, através das correntes saídas dos congressos pan-africanos e das lutas de independência da África do Norte e Central.

A construção das Nações foi facilitada pelos seus nacionalistas que procuraram na unidade dos seus vários subgrupos a força para não deixarem desaparecer as suas identidades e resistirem a assimilação. Esta atitude para além da expansão demográfica e territorial das nações, passou a orientar esses nacionalismos para uma construção institucional que legou para o cenário político de Angola a diversidade de associações com carácter aberto ou fechado, abraçando diversos domínios que vão do político aos de carácter social e cultural que uma fase mais avançada de alianças desses protonacionalismos se entrou para a etapa decisiva de construção das três correntes principais do nacionalismo angolano (NUMA, 2015, p. 63).

Jonas (2015), na sua obra intitulada: *O MFA e os Movimentos Nacionalistas Angolanos: do 25 de Abril à Independência*; procurou clarificar que Angola em meados do século XX constituía uma parte do império português, então um dos maiores do mundo e o terceiro maior em África, onde era apenas ultrapassado pelo britânico e pelo francês. À semelhança do que acontecia noutros pontos do império, predominava então o chamado 'Sistema do Indigenato' que reduzia

toda a população negra analfabeta e economicamente desfavorecida ao estatuto de 'cidadãos de segunda', sem acesso à cidadania portuguesa e sujeitos a práticas como o trabalho forçado como forma de pagamento de impostos. A mais vasta parcela do império, Angola era identificada por muitos como a "jóia da coroa" do império, uma realidade que aos olhos do regime ditatorial que dominava Portugal era imutável.

A conclusão do conflito deixa as potências coloniais europeias seriamente abaladas, não conseguindo resistir aos movimentos independentistas que ganharam força nos seus vastos domínios, o que conduziu ao colapso dos vários impérios europeus. O império português, antes um dos maiores, converteu-se às regras internacionais de abolir o tráfico de escravos e abandonar os territórios antes dominados (JONAS, 2015).

Satiyambula (2018), na sua obra intitulada: *Religião e Política em Angola: Uma Análise Introdutória do Princípio Protestante de Paul Tillich na Postura das Igrejas Protestantes Durante o Nacionalismo (1961 – 1975)*; enfatizou que é importante notar que a aparição destes movimentos não se deu por mera tomada de consciência dos líderes destes grupos. Pelo contrário, esta onda fazia parte de um movimento maior de nacionalismos que estavam em curso no continente africano.

KwameNkrumah, SékouTouré e LéopoldSénghor, foram os principais representantes do Pan-anafricanismo na conhecida região ocidental africana, eles serviram de ponte para que por meio deles as ideias de africanos presentes na América chegassem ao continente africano (SATJYAMBULA, 2018).

1.2- Situação Geográfica de Angola.

Angola é um Estado independente desde 1975 mas o percurso desta conquista foi árdua e sangria para os seus filhos depois da primeira penetração portuguesa em 1482 e a subsequente exploração versus colonização do governo português.

Este país localiza-se na região ocidental da África Austral, a Sul do equador, o território angolano está confinado entre os paralelos 4° 22' e 18° 02' latitudes sul e os meridianos 11° 41' e 24° 05' longitudes Este de Greenwich. Possui

uma superfície de 1 246 700 km², a sua costa estende-se por 1 650 km e tem uma fronteira terrestre de 4 837 km. O comprimento máximo, no sentido norte-sul, é de 1 277 km e a largura máxima, no sentido oeste-leste, é de 1 236 km. Tem fronteiras a Norte com a República do Congo e a República Democrática do Congo; a leste, com a República da Zâmbia e a República Democrática do Congo e a Sul com a Namíbia; a Oeste, com o Oceano Atlântico(BAHU, 2013).

Segundo os dados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação, em Maio de 2014 residia no país uma população estimada a mais de 24.383.301 pessoas, sendo 11.803.488 do sexo masculino e 12.579.813 do sexo feminino¹. Hoje, estima-se que, o país tem mais de 30.000.000 de habitantes residentes num conjunto de 18 províncias.

1.3- A génese do Nacionalismo angolano.

A génese do nacionalismo angolano esteve sempre ligado nas influências externas como enfatizou o Numa na sua abordagem sobre o prólogo da democracia e construtivismo angolano. Na mesma diapasão alinha o Mbah sobre a acção de apoios externos que sempre se tinha manifestado pelo apoio político, económico e militar, concedido por diferentes residentes da Casa Branca ao colonialismo português, por outro, a acção privada das organizações civis e os serviços secretos americanos, que ocupavam do financiamento e do enquadramento dos movimentos pró-ocidentais como a FNLA e a UNITA.

A génese do nacionalismo angolano está ligado à criação da Liga Nacional Africana (LNA), a criação deste movimento deve-se ao mérito de Gervásio Ferreira Viana, foi posteriormente oficializado pelos estatutos publicados no boletim oficial da 2ª série de 29 de Julho de 1930(ROCHA, 2009).

O Partido Comunista Angolano (PCA) teve a sua revelação por Mário Pinto de Andrade num artigo publicado numa revista francesa de esquerda, *Democratienouvele*, no qual retraçava não só a história do nacionalismo angolano contemporâneo de jovens nacionalistas desiludidos pelos métodos de luta das associações legais(MBAH, 2010).

¹ Instituto Nacional de Estatísticas

Em 1952 foi criado por iniciativa de FeldMatvin, um agente soviético o Conselho de Libertação de Angola (CLA), cuja acção teria transvazado a missão que lhe tinha sido confiada, a saber, a intensificação da luta na Liga Nacional Africana (*Idem, 2010*).

Vale ressaltar o papel do Mário Pinto de Andrade ao que concerne a existência do movimento que fá-lo a parecer o PLUAA como uma alternativa do PCA, com a única diferença desembaraçada da ideologia comunista, unicamente com o intuito de atrair a simpatia dos nacionalistas angolanos hostis (*Idem, 2010*).

Ilídio Machado e os seus amigos evocavam pois os últimos desenvolvimentos das suas associações, nomeadamente a crise da LNA. Foi no decorrer dessas conversas frequentes que junto Higinio Aires de Sousa, André Franco de Sousa e Matias Miguéis decidiram criar uma nova organização política denominada Movimento para Independência de Angola (*Idem, 2010*).

A UPNA deu origem a UPA, Manuel Barros Nekaka e John Eduardo Pinnok foram fundadores, e antes de partir para Leopoldville, Mendes de Carvalho tinha-se encontrado com responsáveis políticos do grupo ELA a título pessoal para uma colaboração de simpatia (*Idem, 2010*).

A ANANGOLA foi uma outra associação legal que estava radicada em Luanda, era dos Naturais de Angola. A mesma foi criada sensivelmente na mesma época que a Liga Nacional Africana (ROCHA, 2009).

Os grandes primeiros eventos internacionais que influenciaram a génese do nacionalismo africano e angolano ocorreram, na altura em que foram conduzidos as tentativas de autonomia ou libertação dos países sujeitos a um *status* colonial, inclui-se a Conferência de Nagasaki no Japão, em 1926. O outro aspecto importante que se segue foi a reunião que foi celebrado em Bruxelas, Bélgica, em 1927. A mesma foi denominada Primeiro Congresso dos Povos Oprimidos, na qual participava representantes de 136 organizações de países

da Ásia e América Latina, incluindo também delegados políticos e intelectuais de nações europeias².

Uma outra realização importante que afigura na corrente do nacionalismo africano foi a solicitação do *pandita Nehru*, em 1947. Ela realizou-se em Nova Deli, Índia, uma Conferência de 28 países afro-asiáticos, doze dos quais haviam participado na reunião da fundação das Nações Unidas. Nesta seguiu a de Bandung em 1955 com patrocínio da Indonésia, Índia, Birmânia, Ceilão e Paquistão.

Para Zeferino Capoco (2012), na base da formação do nacionalismo angolano estava o problema da Administração colonial, como foi no contexto geral do nacionalismo anti-colonial. O domínio português despertou, por sua vez, atenção dos jovens iluminados pelas ideias de liberdade, direitos e garantias que recebiam das influências revolucionárias que se passavam em diversas partes do mundo colonizado. Neste ambiente foram importantes as influências da emancipação dos povos asiáticos, árabes e africanos.

A Luta Armada que se consubstancia ao nacionalismo angolano é caracterizada essencialmente pela presença do terreno da guerrilha, de 1961 a 1975. A FNLA, MPLA e a UNITA foram e continuam até hoje os activos da política nacional, apesar de um afrouxar da FNLA actualmente, mas cabe aflorar que da FNLA-GRAE nasceu a UNITA em 1966, esta organização independente juntou-se ao MPLA e FNLA pela mesma causa. Entretanto, os mesmos protagonizaram lutas anti-coloniais até literalmente em 1975.

15- Que Angola os Nacionalistas Idealizaram.

Os três artistas da luta anti-colonial da Angola portuguesa eram unânimes nos objectivos de construir uma República unida, que tratasse os seus filhos pela equidade e pelos direitos iguais.

O MPLA e os membros, assim como o próprio Agostinho Neto, encaixam-se nos projectos preconizados na criação do partido enquanto movimento, apesar que o Agostinho Neto não é o fundador do MPLA, ele aparece no momento do

² Guia do Terceiro Mundo.

auge deste partido, por esta razão é inexacto não mencionar a sua figura naquilo que foi as peripécias do MPLA, entretanto, no sentido de que foram aquelas figuras que advogavam politicamente pela formação de um novo estado nacional angolano, sob a égide de um governo corporativista autoritário, e de partido e língua única(MELÍCIAS, 2017).

Foi justamente, por causa desse anseio político de formar uma nação moderna e homogénea que a elite intelectual participante no MPLA optou pelo uso deste tipo de marxismo. Lembra-se que, assim como outros movimentos políticos, o MPLA foi fruto das ideias, aspirações e diferenças ideológicas de seus líderes. Não há como esperar de um grupo de seres humanos que suas visões de mundo se comuniquem em uníssono, ou que mantenham, sempre, uma unidade de convicções imutável. É, esta razão que enquadra na dinâmica dos tempos fez com que o partido adoptasse outra ideologia (*Idem, 2017*).

A criação de um movimento nacionalista próprio era uma ideia que Savimbi nutria segundo o relato desde os tempos em que integrou os quadros de direcção da UPA-FNLA durante a primeira metade da década de 1960. Em 1966 a UNITA tinha elaborado o seu projecto de dirigir Angola, este projecto é conhecido como projecto de Mwangay. Quanto a FNLA, ela tem mergulhado num sistema quase opaco devido a pouca robustez da actuação política, mas o Federalismo sempre foi um sistema que defendeu, apesar que na sua fundação alinhava-se mais ao norte do país.

CAPÍTULO II: CONTRADIÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE 1961-2002.

CAPÍTULO II: CONTRADIÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE 1961-2002.

Além da declaração unilateral da independência de Angola pelo MPLA, a questão de falta de clareza e vontade de Portugal de ser realmente um verdadeiro pilar da mediação que procederia a independência de Angola veio agravar as contradições entre MPLA, UNITA e FNLA. Neste quesito podemos adicionar a adoção e a conseqüente adaptação das ideologias diferentes dos três partidos internacionalmente reconhecidos para dirigirem a soberania angolana. Mas também não se, pode demarcar-se dos aspectos ambiciosos pelo poder como um dos elementos fortes que levou o país num grande desnorte.

No conjunto destes acontecimentos o MPLA afirmou-se assim como o único porta-estandarte dos interesses de Angola e dos angolanos perante os seus rivais mais próximos, a FNLA e a UNITA, no panorama político angolano e não só. A supremacia do MPLA aliou-se a uma forte propaganda que atingiu proporções alarmantes no capítulo bélico e de defesa nacional, usando como escudo o petróleo e os diamantes para financiar a sua máquina política e militar, em detrimento da paupérrima humilhação da falta de excedentes dos pobres e famintos de Angola que viviam abaixo de um dólar por dia(CHIMANDA, 2010).

2.1- Fundação dos Partidos Políticos.

Os partidos políticos de Angola surgiram no fervor das opressões impostas no então pelo império português, durante anos antes de 1975 a criação dos movimentos que pudessem desencadear a chamada luta de clandestinidade foi uma das grandes opções que levantou a robustez da fundação dos partidos angolanos a partir da década de 1950.

O grande realce vai para o MPLA, FNLA e UNITA.

A fundação do MPLA é inquestionavelmente ligada nas organizações políticas do PLUAA – Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola, o MIA - Movimento para a Independência de Angola, o MINA - Movimento pela Independência Nacional de Angola e o PCA como embrião do efémero Partido

Comunista de Angola, que, fundidos, deram origem ao MPLA, os mesmos através de uma união rapidamente galvanizaram o povo para a luta contra o Colonialismo, transformando-se no instrumento decisivo para a satisfação das aspirações de independência, de paz e de progresso social³.

Em 10 de Dezembro de 1956, um grupo de patriotas angolanos deu a conhecer o Manifesto do amplo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apelando para a constituição, em todo o país, de muitas organizações independentes entre si, de modo a poderem resistir melhor e iludir a vigilância das forças coloniais de repressão ocupantes. Esta data do manifesto, hoje é tida como a data oficial da fundação do MPLA⁴. Muitos autores académicos e investigadores dizem que o manifesto é diferente da fundação, apesar que a sociedade acredita nesta data por ser evocada oficialmente elite do partido, mas o certo é:

Muitas versões andam a volta da fundação do MPLA tais como: Mário Pinto de Andrade, afirma que, os jovens marxistas do ex-partido comunista Angolano, os responsáveis do PLUAA e outros patriotas, fundaram rapidamente, em Dezembro de 1956o Movimento Popular de Libertação de Angola(MBAH, 2010).

Versão de Lúcio Lara, o MPLA nasceu em 1956. Nessa época, numerosas formações clandestinas, formada essencialmente por intelectuais revolucionários, agitavam-se nas várias cidades angolanas. O nosso primeiro objectivo foia unificação do movimento. A transparência da nossa linha e dos nossos objectivos, e o facto de nós termos nascido em Angola, permitiram-nos fazer aderir ao MPLA a maioria dessas principais organizações.

Versão de Joaquim Pinto de Andrade, é inexacto dizer que o MPLA nasceu antes de 1960, nasceu sim entre Janeiro e Junho de 1960. O MPLA não nasceu em 10 de Dezembro de 1956, nem mesmo na rua Higino Aires, nessa casa que estava destinada a acolher o museu do MPLA, frequentei esta casa, que era a do Ilídio Machado.

³<http://m.mpla.ao/mpla/historia>

⁴<http://m.mpla.ao/mpla/historia>

A FNLA surgiu em 1956 com o nome de União das Populações do Norte de Angola (UPNA). No ano anterior tinha falecido D. Pedro VII, rei do Congo, o que originou uma complicada disputa entre o poder colonial português e a aristocracia bakongo em torno da sucessão ao trono. E na intenção de fazer valer as suas posições que os monárquicos congolezes, com Barros Necaca à cabeça, decidem criar a UPNA. Holden Roberto, sobrinho de Necaca, é escolhido para liderar o grupo. Inteligente e ambicioso, Roberto percebe rapidamente que o ideal da restauração do reino do Congo, defendido pela UPNA, não tem viabilidade em pleno século XX, onde se confunde com o apelo étnico, e cria a União dos Povos de Angola (UPA). Em 1961, a UPA desencadeia uma vasta insurreição armada no norte de Angola. Nesse mesmo ano, com a intenção de se tornar mais abrangente, tenta algumas alianças com outros movimentos de exilados angolanos e transforma-se em FNLA. Este partido foi fundado oficialmente em 1962.

Várias são as versões que circulam sobre a criação e fundação da UNITA, movimento de libertação de Angola, mas aqui a apresenta-se a versão do principal co-fundador deste partido e a de outros:

A fundação da UNITA segundo o Jonas Savimbi, configura-se relativamente à sua passagem pela UPA-FNLA, que descreve por recordar certos passos e factos que se afiguram importantes. A sua entrada a esta organização foi encorajada na altura por facto de ter comprovado nos vários jovens intelectuais angolanos que a ela acabaram também por aderir. Porém, a sua cedência as fileiras da UPA haveria de traduzir-se na acumulação de sucessivas frustrações, as mais importantes das quais foram a ausência total de qualquer princípio democrático que permitisse o debate dos problemas, a falta de estruturas que garantisse a sequência das acções e, sobretudo, a falta de vontade por parte da classe dirigente de integrar o “*maquis*” e assim revigorar a luta directa contra o inimigo(SAVIMBI, 2017).

A origem da UNITA é sabida de forma inevitável que, está ligada fisicamente a Jonas Savimbi, como fundador e primeiro presidente do partido. No início de 1966, Savimbi fundou a UNITA, no Moxico, província de Angola, com escritórios em Lusaka, operou sobretudo nas regiões do planalto e do Sul, junto

à etnia ovimbundu, que era a mais populosa de Angola na altura. A UNITA surge com objectivos muito ambiciosos contra a luta anticolonial (AGOSTINHO, 2011).

2.2- O 4 de Fevereiro de 1961 e os seus desacordos.

O contexto do nacionalismo Angolano é recheado de muitos acontecimentos, apesar que os mesmos ainda estão além da descrição objectiva, mas o certo é que o dia 4 de Fevereiro de 1961 é considerado como a data do início da Luta de Libertação Nacional, que embora as outras organizações políticas não mostrem convergência sobre esta data, mas os mesmos acreditam que esta luta teve o seu preambulo acirrado em 1961.

Esta luta teve envolvimento de alguns descendentes dos colonos, os tais faziam parte de uma pequena minoria branca com inclinações ou afiliações marxistas, progressistas ou pelo menos liberais, encontravam-se activos no seio de alguns grupos políticos, incluindo os dos assimilados (PÉLISSIER & WHEELER, 2011).

O papel dos mestiços era, com frequência, ambíguo, pois os seus sentimentos puxavam-nos ora para uma civilização ora para outra, e até as suas ambições, geralmente frustradas, podiam arrasta-los em direcções divergentes. É obviamente neste sentido que um sector muito mais vasto da comunidade branca era autonomista, no sentido de que os seus membros queriam desligar-se do controlo de Lisboa, mas apenas em benefício da sua própria comunidade (*Idem, 2011*).

A UNITA e a FNLA acreditam que o 15 de Março é o mais certo a ser considerado como a data do início da Luta Armada em Angola. Adiante vem os argumentos por eles sustentadas mas aqui apresenta-se a descrição do Tenente-coronel António Nunes:

Acontecimentos graves, desligados entre si, no espaço e nas motivações, mas concentrados no tempo, nos três primeiros meses do ano de 1961, despertaram inesperadamente a atenção do mundo para Angola, embora não dos portugueses, a quem foram ocultados ou apenas apresentados tardiamente, de forma parcial e em clima emocional. Foram eles: a sublevação da Baixa do Cassange, iniciada em 11 de Janeiro, o assalto ao paquete “Santa

Maria”, em 22 de Janeiro, por Henrique Galvão e alguns oposicionistas portugueses e espanhóis, numa operação então designada pelo governo português de “acto de pirataria”, e que os assaltantes chamaram de “Operação Dulcineia”, e o assalto às prisões, Casa de Reclusão e Esquadra da PSP de Luanda, em 4 de Fevereiro de 1961(NUNES, 2014).

A estes três acontecimentos, que quase se relacionaram temporalmente, o que os faz parecer politicamente ligados, seguiram-se, um mês depois, quando as populações angolanas haviam já sossegado das emoções vividas, os massacres que se iniciaram em 15 de Março e se espalharam por todo o Norte de Angola. Marcando, quanto a nós, o início da Guerra do Ultramar, também eles não têm relação com os anteriores, senão de forma longínqua(*Idem*, 2014).

Embora seja indiscutível o ano de 1961, a mais precisa data da origem da guerra mergulha, consoante as perspectivas, as suas raízes em dois acontecimentos distintos em Angola que, correspondem, também, a duas visões distintas da questão. Uma centra-a nos acontecimentos ocorridos em Luanda a 4 de Fevereiro de 1961 com o ataque levado a cabo por centenas de negros contra a Cadeia de São Paulo, a Casa de Reclusão, o quartel da PSP, onde se encontravam diversos prisioneiros políticos, e ainda à Emissora Oficial de Angola. Ataque do qual resultou a morte de seis agentes policiais, de um cabo do exército e de cerca de quarenta assaltantes. Este inesperado ataque provocou uma natural reacção punitiva na zona de Luanda, e terá iniciado, segundo o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que reivindicou a sua organização e condução, as hostilidades naquele território que durariam por mais de uma década. Outra advoga que o início da guerra radica na data de 15 de Março, quando a União das Populações de Angola (UPA), num bárbaro ataque tribal dos bacongus, levou à prática um massacre de populações brancas e negras, sobretudo de outras etnias de Angola, especialmente ovimbundu, causando centenas de mortos nos distritos de Luanda, Cuanza-Norte e Congo, no que se chamou a Zona Sublevada do Norte(OLIVEIRA, 2015).

Seria esta região, indiscutivelmente, que num espaço de poucos meses, assistiria às primeiras operações militares de grande envergadura e que seria

reocupada, num esforço que não logrou, porém, conter o alastramento de acções menores de guerrilha a outras regiões de Angola, como Cabinda, o Leste, o Sudeste e ao Planalto Central. A divergência quanto à data precisa do início da Guerra, antes mesmo de chegarmos à divergência quanto à designação do conflito, radica pois numa questão que, na realidade, muito mais do que uma data, comporta visões distintas sobre o assunto, propagandísticas, e este último interesse obstaculiza a objectividade (*Idem, 2015*).

2.3- Acordos de Alvor e a proclamação da Independência de Angola.

A decisão política do processo de descolonização do território Angolano foi considerado no início da década de 70, quando o governo de Marcelo Caetano enfrentava diversas dificuldades da situação política interna agravada pelas crises do Ultramar. No conjunto destes acontecimentos, o factor decisivo veio ser a grande conflitualidade que dividiu os três movimentos independentistas e a sua acelerada expansão pelo território angolano, partindo das zonas de influência de cada um destes movimentos (CAPOCO, 2012).

A partir de então, os acontecimentos a favor da descolonização eram constantes e soavam contra o poder do império português e, pouco mais de nove meses do golpe de Abril, acontecia o Acordo de Alvor, assinado a 15 de Janeiro de 1975, que estabelecia um Alto-comissário e um governo de transição representativo dos três movimentos e Portugal marcava eleições em Angola, para o mês de Outubro, e fixava a independência para 11 de Novembro de 1975 (*Idem, 2012*).

Os Acordos de Alvor definiam finalmente o reconhecimento por parte do Estado português os três movimentos angolanos, MPLA, FNLA e UNITA, como os únicos e legítimos representantes do povo angolano, bem como o reconhecimento do direito à independência.

O Acordo de Acordo teve um outro ponto importante que definia o compromisso de cessar-fogo de forma geral entre o governo português e os três movimentos de libertação.

Numa (2015), salienta que as negociações que culminaram no acordo de Alvor decorreram numa atmosfera pouco franca, de falsidade até, por parte da

delegação portuguesa. Certo que, da sua composição faziam partes pessoas de carácter e honestidade, como o general Silva Cardoso, o Tenente-coronel Gonçalves Ribeiro e alguns mais.

O fiasco de Alvor era prematuramente anunciado em função da ausência de Portugal como potência descolonizadora que atirou para fora, todas as evidências de fraquezas estruturais herdadas do Portugal fascista, onde até aqueles que mudaram o regime não passavam de forças sobreviventes (NUMA, 2015).

Com a sabedoria que só o tempo trás, WHEELER afirma que, o facto de o acordo de Alvor não ter conseguido proporcionar uma transição suave e pacífica da situação colonial para a de um país independente se deveu à importância de Portugal para fazer cumprir as regras do Acordo, bem como à hostilidade mútua dos partidos nacionalistas africanos e à sua incapacidade de assumir a responsabilidade pela segurança em várias áreas em disputa, incluindo Luanda (WHEELER & PÉLISSIER, 2011).

A ingerência do mediador e a falta de consenso entre o MPLA e a UNITA, principalmente, já que a FNLA teve sempre características passivas face ao contexto, que embora ela apareceu disponível na formação de um governo que liderasse Angola pois independente contribuiu no fracasso dos acordos.

Para Agostinho (2011) antes e depois do Acordo de Alvor a realidade pesava ao governo português, uma vez que o governo de transição de Angola, praticamente já não existia ou não se fazia sentir na prática, até porque os membros da FNLA e da UNITA tinham anunciado formalmente abandonar o acordo em 9 de Agosto. Na sequência desses acontecimentos penosos no Acordo de Alvor, o Decreto-Lei nº 458/A-75, de 22 de Agosto de 1975, vem suspender parcialmente o acordo. Dessa maneira, Portugal procurou manter a sua neutralidade mas, sem força suficiente para se impor, assegurar a tranquilidade e paz na ex-colónia, e as invasões de forças regulares de outros países, que estavam já em marcha. Imprevisivelmente, Angola não tardou a sofrer os efeitos da intervenção armada internacional, mergulhados no interesse territorial e no confronto da Guerra Fria. As forças armadas

estrangeiras viriam a desempenhar um papel crescente naquilo que começou como um conflito puramente doméstico.

Antes do Acordo do Alvor o MPLA, FNLA e a UNITA já tinham formado as suas zonas de influência, quando este acordo não conseguiu proporcionar uma transição suave e específica da situação de fazer cumprir as regras do acordo. A incompetência de Portugal fomentou as hostilidades entre os partidos nacionalistas para reativarem as suas fontes de influências.

O equilíbrio das forças nacionalistas angolana, após o Acordo de Alvor, era algo notável. A FNLA, desde a sua génese, concentrou-se no Norte, numericamente mas forte, com cerca de 21500 combatentes divididos entre bases norte de Angola e campos de exercícios no Zaire, com unidades de tipo convencional, inicia uma manobra para Sul cujo objectivo era a ocupação de Luanda (*Idem, 2011*).

O MPLA tinha cerca de 8000 efectivos, a maior parte no Leste de Angola, mas com um considerável corpo em Cabinda e em Luanda. O MPLA lançou a batalha de Luanda, com o objectivo de expulsar da capital os outros movimentos.

O MPLA desencadeou também ofensivas na faixa de Luanda a Malanje e estendeu-se até as Lundas, eliminando praticamente a presença da FNLA e da UNITA nos distritos do Cuanza Norte, Malanje, Lundas e Cabinda.

A UNITA fixou-se no planalto central, expulsando as forças da FNLA e do MPLA dos distritos do Huambo e Bié. A UNITA tinha cerca de 6000 guerrilheiros, número que aumentara imenso depois do 25 de Abril. Cada um dos movimentos continuava a recrutar activamente homens para as suas fileiras, e estendiam a campanha ao longo de todas as zonas de Angola e internacionalmente (*Idem, 2011*).

Depois dos movimentos reativarem as suas zonas de influências, Angola ficou mergulhada num grande caos devido a guerra civil. Na decorrência destes reatamentos aconteceu um importante ponto de viragem no conflito, o mesmo teve início lugar em Julho e inícios de Agosto, quando o MPLA estabeleceu o seu domínio sobre a capital, Luanda, e nas suas imediações, bem como no rio

Cuanza, matando, capturando ou expulsando as forças da FNLA. O Acordo de Nakuru e grande parte do Acordo de Alvor eram agora letra morta(WHEELER & PÉLISSIER, 2011).

Segundo Pélisser (2011) a independência de Angola foi influenciada pelos acontecimentos de 25 de Abril de 1974 relacionados com o golpe militar. Este golpe criou enormes consequências políticas em Portugal e também causou um profundo impacto em Angola. A partir de então, inúmeros factores se conjugaram para complicar a luta pela criação de uma nova situação política a antiga colónia.

O golpe de 25 de Abril de 1974 foi recebido pelos três movimentos de libertação: FNLA, MPLA e UNITA. Os três tiveram alguma cautela, mas altamente divididos e impreparados para lidarem com a nova situação política, receavam que o Presidente da Junta de Salvação Nacional, António de Spínola, procurasse impor uma solução neocolonial no território. À excepção da UNITA, que em 14 de Junho acordou a suspensão de hostilidades com as tropas portuguesas, os guerrilheiros angolanos mostravam-se dispostos em prosseguir a luta armada. A nomeação do general Silvino Silvério Marques para o governo-geral de Angola em 15 de Junho a 24 de Julho de 1974 não caiu bem junto dos sectores mais à esquerda, nomeadamente junto do MFA local, e contribuiu para o ambiente de crispação política e social vivido em Luanda desde o início de Junho⁵.

Em todo este cenário, estava-se na expectativa da data de transferência da soberania, que estava claramente manifesto em estar sob a alçada do MPLA que dominava a capital do novo país. Evidentemente, este movimento viria trinar através do poder militar filiado nesta organização, e no dia 11 de Novembro de 1975 sagrou-se detentora da soberania ao proclamar a República Popular de Angola em Luanda, embora os rivais da UNITA proclamassem também a sua independência no Huambo, e a FNLA na cidade do Uíge(CAPOCO, 2013).

⁵[Angola - 11 de Novembro de 1975 - Descolonização Portuguesa \(rtp.pt\)](http://www.rtp.pt)

2.4- A Guerra Civil Angolana.

Em Angola, o problema do desenvolvimento era evidente desde a irrupção da onda nacionalista dos anos 60. A sua complexidade começou quando os movimentos nacionalistas MPLA, FNLA e UNITA, em vez de lutarem para uma boa afirmação do desenvolvimento socio-económico do país, os mesmos, não conseguiram evitar a ambição do poder, acabando por se confrontarem, o que marcou a génese da guerra civil angolana. Mas a situação angolana, apesar de ter a sua especificidade, não se afasta da realidade geral de África.

A guerra civil angolana retardou o país em todos os seus aspectos, mas a luta dos protagonistas era centrada na ocupação de espaços territoriais. A busca pelo poder através do controle político do território também é importante dentro dessa discussão, uma vez que para se controlar um país é fundamental que um grupo específico, com diversos interesses, saia na dianteira nessa disputa.

A Guerra Civil Angolana foi um conflito por diferenças políticas e étnicas entre dois grandes partidos; o MPLA tomou o poder depois da independência angolana e a UNITA. A FNLA mais enfraquecida também entra nessa disputa quase de forma figurativa e depois desapareceu. A UNITA foi uma guerrilha apoiada pelos EUA e África do Sul, já o MPLA seguia as orientações da URSS e Cuba. No entanto, apesar desse apoio internacional desde cedo havia muita dissensão entre as diversas direções dos movimentos, motivada por razões de origem tribal, racial ou pela ambição pelo poder.

Nas primeiras fases da guerra civil, o MPLA surgiu temporariamente vitorioso sobre os seus rivais, apoiadas por tropas cubanas e por peritos da União Soviética e dos estados do seu bloco de aliados, bem como por uma infusão maciça de armas, tinham derrotado e dispensados as forças rivais. A FNLA e a UNITA tinham perdido o apoio da República Popular da China e constataram que o apoio americano iria ser reduzido ou suprimido depois de o congresso norte-americano ter decidido restringir ou pôr fim ao apoio da administração Ford à sua causa. As forças sul-africanas, abraços com pressões internas e internacionais contra a sua intervenção,

foram obrigadas a retirar-se para a Namíbia nessa mesma primavera(PÉLISSIER & WHEELER, 2011, p. 362).

Em Agosto de 1975, estava definido o carácter territorial do conflito angolano. Opais começara a dividir-se naquilo que a imprensa e as autoridades portuguesas designaram por zonas de influência, um eufemismo para retratar a posição de supremacia absoluta de um dos movimentos nacionalistas. No final do mês, o MPLA controlava todo o litoral a sul de Luanda e o território interior daí até Luau, no extremo leste do território, junto à fronteira com o Zaire. A FNLA dominava a faixa costeira a norte e a região interior adjacente, enquanto a UNITA ocupava o interior, no Sul do país. A partir daí, enquanto a FNLA e a UNITA mantiveram uma aliança estratégica, a relação entre o MPLA e os outros movimentos tornou-se completamente hostil, e todo o simulacro de cooperação, conforme previsto no Acordo de Alvor, desvaneceu-se. Tanto a UNITA como o MPLA negaram a balcanização de Angola, ao mesmo tempo que se acusavam mutuamente pelo facto⁶.

Para Pélissier e Wheeler (2009) a população angolana não esperava a guerra enraizada na ambição do poder dos três partidos que tinham se reunidos em Alvor, nesta ansiedade o que era esperado é a concretização de muitos desafios pela administração do MPLA em Luanda. O colapso da autoridade portuguesa alimentava esta esperança, mas a desordem provocada pela guerra civil, bem como o êxodo da maior parte da população europeia, até finais de 1975 acabou por envolver Angola em grande caos.

O preâmbulo e o desenrolar da primeira guerra civil trouxe muitos dissabores a população, devido a falta de uma definição unitária entre o MPLA e a UNITA registou-se um exacerbado de perca de vidas humanas e uma autêntica desordem provocada pela guerra civil. Estes aspectos contribuíram para destruir a economia angolana.

Apesar da tentativa de colmatar essas lacunas com pessoal enviado por Cuba, União Soviética, Alemanha de Leste, Polónia e por outros comunistas, a economia continuava num estado desastroso e depois de um breve hiato na guerra civil em finais dos anos 70, a guerra voltou a alastrar em 1978, e a

⁶[Guerra Civil. Como Angola foi dividida em 1975 – Observador](#)

população agrícola, industrial, pesqueira e mineira ficou praticamente paralisada(PÉLISSIER & WHEELER, 2011).

Angola foi a vítima privilegiada e serviu de campo de ensaio numa clara estratégia de criar cisões para reinar, com o patrocínio de forças estrangeiras cubanas, Sul-Africanas, regime racista, de assessores militares soviéticos e americanos, e mais tarde do exército zaireense, de Mobutu para desestabilizar o país(CHIMANDA, 2010).

Segundo Agostinho (2011), a Guerra Civil alterou-se com a chegada de tropas cubanas a Angola. Em Outubro chegavam os primeiros militares cubanos, em apoio do MPLA. No início de Outubro, o navio cubano *VietnamHervice* descarregava 700 soldados cubanos fardados, pertencentes ao exército regular, em Porto Amboim.

As unidades cubanas foram imediatamente empenhadas na organização da defesa de Luanda com as tropas das FAPLA e, com os efectivos do poder popular, muito numerosos mas deficientemente enquadrados, organizados, instruídos e armados. Instalaram-se a Norte na periferia imediata da cidade, na encosta sobre a baixa do Kifangondo, e a Sul, a cerca de 250 quilómetros da capital, na margem Norte do rio Queve. Há indícios de que alguns efectivos cubanos terão seguido directamente para Cabinda(AGOSTINHO, 2011).

A luta prolongou-se até 1991, quando um acordo temporário foi lançado, conhecido como Acordos de Bicesse. Este acordo significava cessar-fogo de imediato e remover todas as tropas cubanas e sul-africanas e determinou um novo governo nacional e respetivo exército, juntamente com as primeiras eleições multipartidárias de Angola⁷.

Para Chimanda (2010), os acordos de Bicesse marcaram um processo de paz no Estoril, em 1991, sob os auspícios da troika de observadores, com a mediação portuguesa através do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), hoje Rússia e os Estados Unidos da América (EUA), constituiu um marco histórico importante para Angola, para os angolanos e, sobretudo, para a estabilização da geografia política na Zona Austral de África:

⁷<https://www.natgeo.pt/historia/2019/08/guerra-civil-de-angola-de-1975-aos-dias-de-hoje>

O acordo foi firmado entre o presidente da então República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, e o presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Jonas Malheiros Savimbi. Era um virar de página após um período longo de grande perturbação político-militar desencadeado pelo MPLA e a UNITA, ambos sob o patrocínio de forças estrangeiras(CHIMANDA, 2010, p. 32).

Apesar da fragilidade do acordo, em virtude de ambos os lados manterem grandes exércitos próprios, e dos atrasos verificados no cumprimento dos acordos, houve vontade política em concluir o processo rapidamente. Este acordo visava pôr fim à guerra civil angolana, mas na verdade, o acordo deu fim de forma ligeira a primeira guerra civil de Angola, porque depois das eleições multipartidárias que de qualquer jeito jamais deixarão de ser um grande marco histórico, a Angola viu mergulhada outra vez em guerra devido os interesses políticos entre o MPLA e UNITA.

2.5- As Primeiras Eleições angolana.

A revisão da Lei Constitucional de 6 de Maio de 1991, marca uma reviravolta no conceito de soberania ao estabelecer, no artigo 1º, que a República de Angola é uma Nação soberana e independente que tem como objectivo fundamental a construção de uma sociedade livre, democrática, de paz, justiça e progresso social. O artigo 3º estabelece que a soberania reside no povo, que exerce o poder político através do sufrágio universal periódico para a escolha dos seus representantes, através do referendo e por outras formas de participação democrática dos cidadãos na vida da Nação(DOMBO, 2014).

Durante o período de 1991-1992, começavam os preparativos para aquilo que seria as primeiras grandes eleições em Angola, presidenciais e parlamentares, marcada para o final de Setembro de 1992. Assim o país estaria a cumprir uma das principais metas do acordo de Bicesse, entre tanto, o objectivo essencial era de criar um exército angolano plenamente integrado(PÉLISSIER & WHEELER, 2011).

O caminho para as eleições de 1992 conheceu um significativo avanço com a solicitação, pelo Governo, dos bons ofícios do Executivo português para possibilitar contactos directos com a UNITA,

elaborando, para o efeito, um plano de paz de nove pontos, unanimemente considerado como uma boa base negocial⁸.

Dos contactos directos passou-se às negociações, com a mediação dos EUA e da Federação Russa, as quais culminaram com a assinatura, a 31 de Maio de 1991, dos acordos de paz de Bicesse, que deram lugar à realização das primeiras eleições multipartidárias na história de Angola.

A preparação do processo eleitoral de 1992 foi conduzida pelo então Conselho Nacional Eleitoral, com o apoio técnico das Nações Unidas, através do PNUD, e compreendeu quatro fases, designadamente:

1ª - O registo dos eleitores no período de 20 de Maio a 10 de Agosto de 1992; 2ª campanha eleitoral, de 29 de Agosto a 28 de Setembro; 3ª - Votação, nos dias 29 e 30 de Setembro; 4ª - Contagem dos votos, investigação das reclamações e anúncio dos resultados finais a 17 de Outubro pelo CNE.

Este processo daria a paz, e o mesmo deveria ser supervisionado pelos próprios partidos, através de uma Comissão Conjunta Político-Militar apoiada pela nova missão da ONU, UNAVEM II. A questão do destino do enclave de Cabinda e do respetivo movimento separatista não foi tratada nos acordos de Bicesse, cujas negociações não incluíram os líderes separatistas cabindenses (*Idem*, 2011).

Depois das eleições, que o MPLA e José Eduardo dos Santos foram os supostos vencedores, a UNITA alegou fraude eleitoral e rejeitou os resultados, inviabilizando a realização da segunda volta das presidenciais, por sua isto deu o reinício da segunda guerra civil em Angola.

⁸https://www.angop.ao/noticias-o/?v_link=https://www.angop.ao/angola/pt_pt/especiais/historico/eleicoes-2009/2008/8/36/eleicoes-legislativas-1992-Retrospectiva,a3b42314-a00f-44ef-9de4-9b239274270a.html

2.6- O Reinício da Guerra Civil angolana.

A fase seguinte da guerra civil durou de finais de 1992 até parcialmente Novembro de 1994, depois prolongou-se até 2002.

Na afirmação do Alves (2013), as eleições presidenciais e legislativas, supervisionadas pelas Nações Unidas nos termos dos Acordos de Bicesse em 1991, cujo acto eleitoral foi concluído no dia 30 de Setembro de 1992, não trouxeram a paz. O acordo previa que, se nenhum dos candidatos alcançasse 50% dos votos, haveria uma segunda volta, que não chegou a realizar-se por causa do reinício da guerra civil. No dia 7 de Outubro de 1992, um dia depois de Jonas Savimbi se ter retirado para o Huambo, o ministro angolano das Relações Exteriores, Van Dúnem Loy, anunciou a disponibilidade para a formação de um Governo de unidade nacional, admitindo a inclusão do líder da UNITA. Este recebeu, no Huambo, uma delegação do Conselho de Segurança, o presidente da FNLA, Holden Roberto, a delegação da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) e a delegação da UNAVEM, que tentaram que a UNITA aceitasse os resultados eleitorais.

Marcolino Moco, primeiro-ministro de Angola, participou na cimeira dos Países da Linha da Frente, em Harare, em 11 de Dezembro de 1992, dirigindo um apelo aos responsáveis da UNITA para aceitação dos resultados eleitorais. Os Estados da Linha da Frente, reunidos na capital do Zimbabué, no dia 2 de Abril de 1993, pediram maior intervenção das Nações Unidas no processo de paz angolano, a fim de assegurar o desarmamento, antes da realização da segunda volta das eleições presidenciais(ALVES, 2013).

Este reinício marcou o capítulo mais destrutivo do conflito, pelo que quando a guerra reiniciou a vantagem inicial coube a UNITA. As forças de Savimbi conseguiram ocupar e manter inúmeras cidades capitais do país, com destaque para Caxito, Huambo, Mbanza Congo, Ndalatando, Malanje e Uíge.

Durante a luta de quem podia dominar a maior parcela do território, as perdas de vidas foram pesadas, as estimativas das Nações Unidas sugerem que 300 mil pessoas terão morrido durante esta fase. Seguiu-se a destruição das infra-estruturas de transporte e comunicações, até instalações de minas terrestres em grande escala(PÉLISSIER & WHEELER, 2011).

Dombo (2014), enfatizou sobre o desenrolar da guerra civil em Angola, salientando que o então presidente José Eduardo dos Santos não teria declarado guerra à UNITA em Dezembro de 1998 se não tivesse contado com o apoio tácito das Nações Unidas e dos poderes internacionais mais importantes, vale lembrar que no andamento da guerra declarada pelo Presidente José dos Santos, não faltou tentativas de apaziguar as partes, com isso, no dia 22 de Dezembro de 1988, foi assinado em Nova Iorque um acordo entre os três países Angola, África do Sul e Cuba, que estabelecia a independência da Namíbia e a retirada dos cubanos de Angola. Em seguida, no dia 22 de Junho 1989, com a queda do bloco da ex-União Soviética, em Gbadolite, na República do Zaire, teve um grande evento que contou com dezoito chefes de Estado ou seus representantes. Por consenso, eles decidiram um cessar-fogo em Angola, que entraria em vigor no dia 24 de Julho de 1989. Mas, a paz durou apenas dois meses.

Na última fase da guerra, a UNITA foi sucessivamente derrotada pelas forças do MPLA e foi obrigada a mudar de tática passando de uma guerra convencional para um combate de guerrilha, à medida que foi perdendo posições e sendo forçada a refugiar-se no leste e no sul do país. Havia muitos factores por detrás da inapelável derrota militar das forças da UNITA. O exército da UNITA foi gradualmente esvaziado devido ao elevado número de baixas e deserções, especialmente a partir de 1999 e 2000 (PÉLISSIER & WHEELER, 2011).

O discurso sobre a tolerância era visto por estes partidos como traição, em que não se podia falar de mudança, pois significaria alternância de poder com o rival, neste ponto, se adicionar os interesses socioeconómicos e políticos envolvidos no conflito angolano. Quem exercesse o poder rouba as riquezas do país, em associação com outros países. O petróleo e os diamantes são as principais fontes de cobiça de governantes, colocando assim de parte a satisfação dos anseios sociais (DOMBO, 2014).

2.7- A Morte de Jonas Savimbi é o fim do Conflito Angolano?

Sebastião (2015), Angola esteve em guerra durante quase todo o período compreendido entre o início da revolta armada contra o domínio colonial, em

1961 e o cessar-fogo de Abril de 2002. Houve apenas uns poucos meses de paz em 1974-1975, antes de o país voltar a mergulhar na guerra em vésperas da independência, em Novembro de 1975, e dois interlúdios instáveis de paz relativa em 1991-1992 e 1994-1998.

Dada a História involgarmente longa do conflito entre promessas e mentiras da pós-independência em Angola, em que uma guerra civil assolou a sociedade durante uma geração inteira após a independência em finais de 1975, não é surpreendente que muitos angolanos apresentem tantas dificuldades de acreditar o dia de amanhã lhes pudessem trazer a paz:

Ontem era a noite escura do colonialismo, hoje é o sofrimento da guerra, mas amanhã será o paraíso. Um amanhã que nunca vem, um hoje eterno. Tão eterno que as pessoas esquecem o passado e dizem que o ontem era melhor do que hoje (Pélissier, 2011, p. 372, citando Pepetela, 1992).

O uso da força como método único para alcançar a paz em Angola foi um dos grandes erros dos protagonistas deste cenário. A força como meio de resolução de conflitos, passou de um mero atributo da soberania, a uma conduta susceptível de maior censura internacional. A regra base do *jus cogensé* precisamente o princípio da interdição do uso agressivo da força (LEANDRO, 2005).

De uma forma geral, as linhas de força do conflito angolano foram sobretudo causadas por factores políticos internos, tendo em conta a diminuição do envolvimento externo no conflito angolano após o fim da Guerra Fria e o desmantelamento do sistema de Apartheid na África do Sul. Claramente, nos últimos anos, a guerra não teve nenhuma base social real e mesmo em termos de etnicidade, nem motivações ideológicas consistentes, pelo menos desde o abandono do marxismo-leninismo pelo MPLA (SEBASTIÃO, 2015).

De facto, a personalidade do carismático e implacável Savimbi, uma encarnação angolana do chavão historiográfico da teoria dos grandes homens da história, foi essencial para o prolongamento do conflito. A importância do indivíduo dominador na política impulsionaram a guerra civil, mesmo depois de causa da UNITA, meados dos anos 90, se ter tornado crescentemente desesperada.

Finalmente uma situação trágica para alguns e empolgante para outro tinha chegado através de uma emboscada remota levada a cabo por certos comandos pró-MPLA, no dia 22 de Fevereiro de 2002, Jonas Savimbi foi morto, e pouco tempo depois da emboscada os sobreviventes tiveram feito início negociações decisivas e imediatas, desta feita, no dia 4 de Abril de 2002, em Luanda foram assinados um acordo e uma trégua e estabeleceram-se planos para completar as tarefas do Protocolo de Lusacade 1994.(PÉLISSIER & WHEELER, 2011).

Actualmente, nota-se a paz do calar das armas, e tudo indica que esta Angola falta alcançar outras pazes que passa pelas revoluções políticas e sociais. Basta olharmos pelas condições de vida da maioria da população angolana para se aferir o quão é necessário o alcance de outras pazes ou mesmo independências.

A proliferação de jovens manifestantes por quase todo país, especialmente em Luanda, ilustra que o país anda em maus lenções quando a questão é para resolução dos anseios sociais, porque a reclamação do pacato cidadão é frequente, e cabe a quem de direito ouvi-lo, apesar que o desespero no seio das comunidades parece ser eterno, mas é necessário a creditar na alternância das coisas sociais.

CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

3- Local de Pesquisa.

O local de pesquisa é um espaço geográfico que permite o desenvolvimento da pesquisa. Para este trabalho o local de sua pesquisa foi no município de Caconda, o mesmo dista-se à 236 km da cidade do Lubango e contribuiu largamente na elaboração do estudo por haver condições mínimas que permitiram o desenvolvimento do trabalho, desde: o acesso a internet, corrente eléctrica e o acesso de estradas pré-urbanas.

3.1- Preliminares da Investigação.

Neste capítulo fez-se a apresentação, análise e discussão dos resultados, que foram recolhidos através dos inquéritos aplicados aos centros políticos, professores, alunos e aos munícipes residentes em Caconda, com o objectivo de aferir o nível de conhecimento que os mesmos possuem sobre o tema em abordagem.

3.2- População.

A população é o conjunto total e não se refere apenas às pessoas, mas pode abranger qualquer tipo de elemento: animais, objetos, valores, entidades, cidades e locais (CIMADON, 2006).

A população da presente investigação foi constituída por 75 cidadãos residentes no município de Caconda.

3.2.1- Amostra.

A amostra constitui uma porção ou parcela, convenientemente seleccionada do universo da população; é o subconjunto do universo que representa as principais áreas de interesse da pesquisa (Idem, 2006).

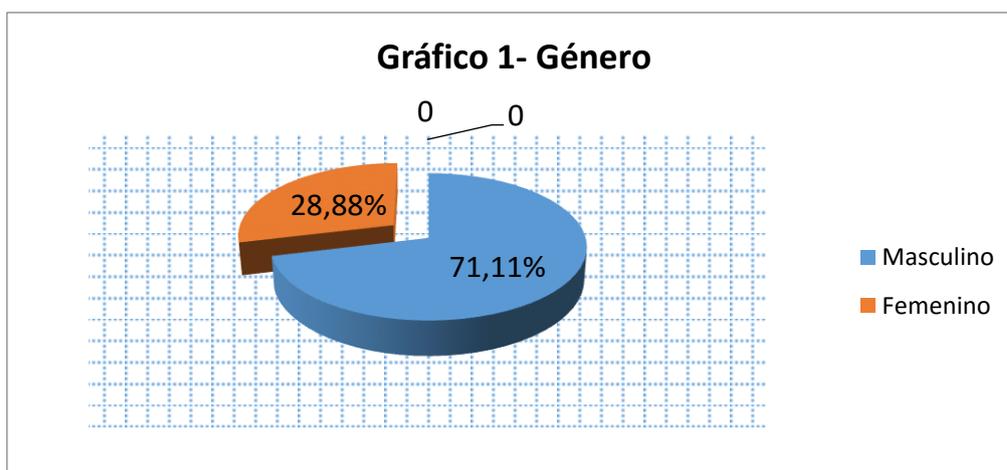
Para o presente trabalho utilizou-se a amostragem aleatória simples, com a finalidade de se obter informações específicas sobre o tema em estudo. Para tal a amostra foi constituída por 45 Cidadãos.

3.2.2- Caracterização da Amostra.

A caracterização da amostra no presente trabalho está representada em tabelas, gráficos, idade, número e tempo de residência.

Tabela 1. Caracterização da amostra em função do gênero

Características	Gênero	Nº de cidadãos	Percentagem %
Cidadãos	Masculino	32	71.11%
	Feminino	13	28.88%
Total		45	100%



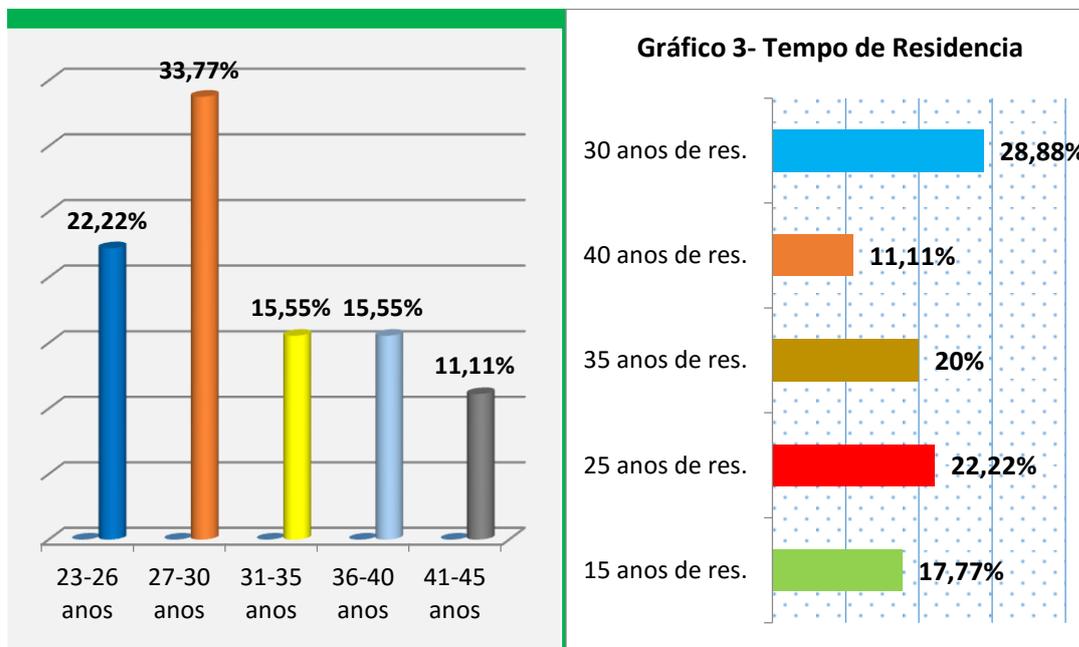
Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2- Caracterização por Idade e tempo de residência dos Cidadãos Inqueridos

Características	Idade	Cidadãos	Percentagem em %	Tempo de Residência
Cidadãos	23-26	10	22,22%	15 anos
	27-30	17	33,77%	25 anos
	31-35	07	15,55%	30anos
	36-40	07	15,55%	35 anos

	41-45	05	11,11%	40anos
Total		45	100%	

GRÁFICO 2- IDADE.GRÁFICO 3- TEMPO DE RESIDÊNCIA.



Fonte: **Elaboração própria.**

3.2.3-Análises e apresentação dos resultados dos inquéritos feitos.

Apresentação de respostas das perguntas fechadas e abertas, dados pelos cidadãos inqueridos residentes em Caconda.

Questão 1: Tens algum conhecimento sobre o Tema?

Respostas	Nº de Cidadãos	Percentagem%
Sim	22	48,88%
Não	19	42,22%
Talvez	04	8,88%
Total	45	100%

A tabela acima, responde os inquéritos, e como vê-se 45 inqueridos, 22 responderam que SIM perfazendo a maior percentagem de 48% 19 responderam que NÃO, e 4 deles não tinham certeza. Esta questão mostrou um certo equilíbrio nas respostas.

Questão- 2: Onde tomou conhecimento sobre o nacionalismo Angolano?

Respostas	Nº de Cidadãos	Percentagem%
No meio familiar	05	11,11%
Entre amigos	07	15,55%
Meios de difusão massiva	10	22,22%
Na escola	08	17,77%
Outras	15	33,33%
Total	45	100%

A tabela em referência nota-se que, a escola e o meio familiar, não são os locais onde a maioria dos inqueridos tiveram os seus primeiros conhecimentos sobre o tema, que é preocupante visto que a escola e a família devem ser os primeiros a transmitir a informação ou o conhecimento a cerca do assunto.



Fonte: Elaboração própria.

Questão 3: O que é o nacionalismo?

Respostas	Nº de Cidadãos	Percentagem%
Certa	23	51,11%
Razoável	13	28,88%
Não certa	09	20%
Total	45	100%

Como vê-se na tabela a cima, dos 45 cidadãos inqueridos que correspondem a 100%, 13 deles responderam de forma razoável perfazendo uma percentagem de 28,88%, e 23 responderam de forma acertada, o que corresponde a 51,11% e 09 responderam de forma errada, o que corresponde 20%.

Questão 4: Qual foi o impacto dos movimentos nacionalistas Angolanos?

Respostas	Nº de Cidadãos	Percentagem%
Muito bom	05	11,11%
Bom	13	28,88%
Razoável	24	53,33%
Muito mau	02	4,44%
Mau	01	2,22%
Total	45	100%

A tabela apresenta as respostas dos inqueritos aplicados aos cidadãos ou munícipes. Onde as respostas estão detalhadas no gráfico a baixo.



Fonte: Elaboração própria.

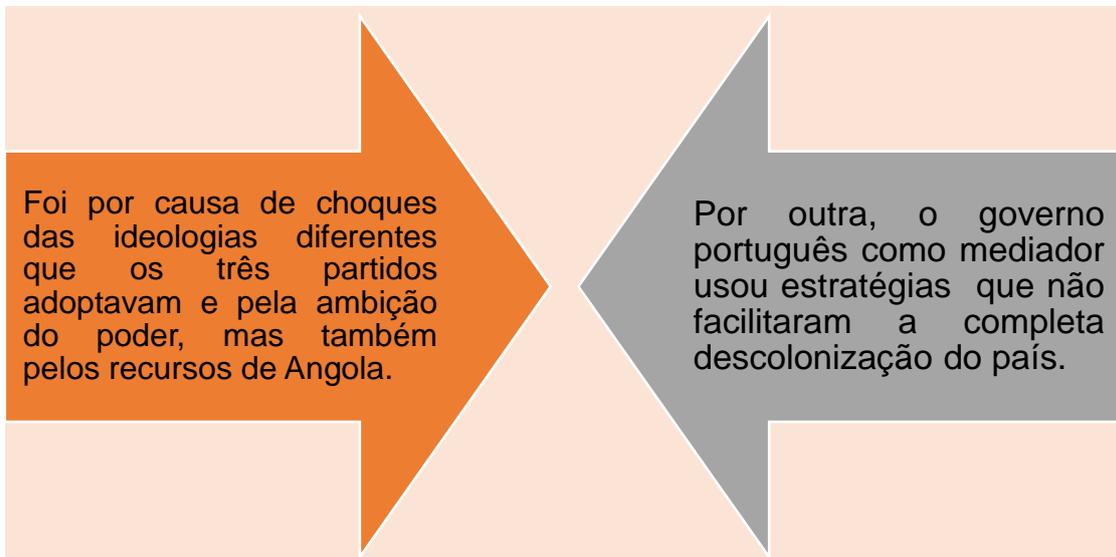
Questão: 5- Que estratégias na sua opinião podem ser utilizadas para aumentar o nível de conhecimentos sobre o tema?

Respostas	Nº de Cidadãos	Percentagem
Aulas	18	40%
Palestras	07	15,55%
Workshops	05	11,11%
Seminários	07	15,55%
Abstenções	08	17,77%
Total	45	100%

A tabela em referência, responde os inquéritos aplicados aos cidadãos, e nota-se que a maior parte dos inqueridos que perfazem 40% optaram por responder que as aulas é maior estratégias que pode ser utilizada para aumentar os níveis de conhecimento dos cidadão, 15,55% optaram por palestras e seminários, 11,11% acharam por responder *workshops* e finalmente 17,77% dos inqueridos abstiveram-se.

Questão 6. Qual foi a razão das dificuldades e contradições dos movimentos do nacionalismo Angolano?

Esquema- 1



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.

CONCLUSÕES.

Portanto, o nacionalismo angolano e todas as formas da sua evolução, no tempo e na história do século XX, foi fundamentalmente pela expressão de um sentimento de repúdio contra a dominação colonial no contexto político do Estado Português em África, a luta contra a supremacia dos ocidentais portugueses sobre a sociedade angolana e o controlo da vida política angolana pelas autoridades centrais portuguesas centrou-se na descrição do primeiro capítulo. Neste sentido, o trecho deste capítulo apresentou ainda aspectos específicos de Angola sobre a génese dos movimentos nacionalistas, desde a clandestinidade até a evolução dos mesmos para partidos políticos.

O segundo capítulo descreve de modo elucidativo o fim da dominação colonial em Angola com a proclamação da independência nacional em Novembro de 1975. Contudo, nesta altura o país tinha entrado numa nova fase, com novos desafios, porém, este cenário teve a sua discussão tripartida em Portugal, na localidade de Alvor, a agenda desta reunião teve Portugal como observador e mediador de todos assuntos por tratar, os mesmos iam desde a formação de um governo de transição, proclamação da independência, e ainda nesta reunião o governo português e os três partidos tinham feito um acordo lavrado no artigo 20º, segundo este artigo os ministros do governo de transição são designados em proporção igual, pela FNLA, MPLA e UNITA, e pelo Presidente da República Portuguesa.

Os pontos acordados não foram cumpridos devido as divergências associadas ao mau posicionamento do mediador, interesses partidários e a ambição pelo poder por cada um dos líderes, e desde lá o país ficou mergulhado numa lamacentia que desestruturou a pouca economia deixada por Portugal, desde as infra-estruturas e a produção familiar, por isso, a guerra civil angolana que terminou com a morte de Jonas Savimbi deixou apenas um mau legado. Hoje, temos a paz do calar das armas e temos como herança uma má continuidade da vida política através de uma pilhagem de recursos entre os autóctones, e como consequência, Angola tem o PIB que decresce desde 2012, por sua vez a população desta terra consta na lista de uma das mais míseras de África.

O último capítulo demonstrou quantitativamente os inquéritos do estudo feito.

RECOMENDAÇÕES.

- Que o ISCED-Huíla promova palestras académicas sobre o processo do Nacionalismo angolano antes e depois da independência, fora da cidade do Lubango.
- Que o ISCED-Huíla, através do C.I.D.E revitalize os conteúdos e os objectivos principais sobre as lutas de resistências ocorridas na província da Huíla.
- Que os docentes de História velem pelo papel e contributo dos três principais líderes do Nacionalismo angolano através de palestras e debates quinzenais sem esquecer os outros elementos importantes que deram a génese dos movimentos revolucionários durante a luta anti-colonial.
- Que se alterem as siglas de alguns partidos políticos que continuam como movimentos.

BIBLIOGRAFIA.

BIBLIOGRAFIA.

- AGOSTINHO, F. P. (2011). *Guerra em Angola: As heranças da Luta da Libertação e a guerra civil*. Lisboa: Academia Militar.
- ALVES, C. A. (2013). *Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-colonialismo*. Coimbra: UC.
- BAHU, H. A. (2013). *OS QUADROS ANGOLANOS EM PORTUGAL: Integração e Retorno*. Lisboa: Fernando Mão de Ferro.
- CAPOCO, Z. (2013). *O Nacionalismo e o Estado: Um Estudo Sobre a História Política de Angola (1961-1991)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Tese de doutoramento.
- CASIMIRO, S. (2011). *Memórias do Jornalismo que Acompanhou a Luta de Libertação Nacional: Maquis e Arredores*. Luanda: Mayamba Editora.
- CHIMANDA, P. F. (2010). *Do monopartidarismo à Transição Democrática em Angola*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- CIMADON, A. (2006). *Metodologia Científica: Educação à Distância*. São Paulo: UNOESC.
- DOMBO, G. D. (2014). *Democracia e liberdade de expressão em Angola: um estudo das medidas governamentais de Angola que implicaram em avanços para a consolidação da democracia e da liberdade de expressão, desde o fim da guerra civil até 2013*. São Paulo: UNESCO.
- FIGALO, R. (2015). *Os Métodos Históricos nas Pesquisas da Comunicação*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- GERHARDT, T. E. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Brasília: UAB.
- JONAS, J. M. (2015). *O MFA e os Movimentos Nacionalistas Angolanos: do 25 de Abril à Independência*. Lisboa: IUL. Dissertação de Mestrado.
- LEANDRO, F. d. (2005). *As Armas das Vítimas: Um novo prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e os Conflitos Armados*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LEITE, J. S. (2013). *O Cooperativismo nas ex-colônias*. Coimbra: U.C.
- MBAH, J. M. (2010). *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola*. Luanda: Mayamba Editora. Tradução António Setas.

- MELÍCIAS, T. D. (2017). *O Fetiço do Moderno: Jonas Savimbi e Seus Projectos de Nação Angolana (1966-1988)*. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação de Mestrado.
- NETA, J. (2017). *Metodologia Científica*. Salvador: António Felix.
- NUMA, A. J. (2015). *ANGOLA: Prólogo ao Projecto do Mwangay-Democracia e Construtivismo*. Luanda: Abílio José Augusto Kamalata Numa.
- NUNES, A. L. (2014). Os Assaltos de 4 de Fevereiro em Luanda e o Massacre de 15 de Março no Norte de Angola: Antecedentes. *Revista Militar*, 1, 2.
- OLIVEIRA, H. N. (2015). História do Kongo. *Muana Damba*, 3, 4.
- PÉLISSIER, R., & WHEELER, D. (2011). *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, Lda. Tradução de Pedro Gaspar Serras Pereira.
- PERES, F. D. (2010). *A Revolta Activa: Os Conflitos Identitários no Contexto da Luta de Libertação Nacional*. Lisboa: FSCH. Dissertação de Mestrado.
- ROCHA, E. (2009). *ANGOLA: Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano 1950-1964*. Lisboa: Dinalivro.
- SANTOS, A. R. (2000). *Metodologia Científica*. Lisboa: Escola editora.
- SATJYAMBULA, M. D. (2018). *Religião e Política em Angola: Uma Análise Introdutória do Princípio Protestante de Paul Tillich na Postura das Igrejas Protestantes Durante o Nacionalismo (1961 – 1975)*. Vitória: Faculdade Unida de Vitória.
- SAVIMBI, J. M. (2017). *ANGOLA: a resistência em busca de uma nova nação*. Lisboa: 2ª Edição: Centro de Estudos e Documentação Dr. Jonas Malheiro Savimbi.
- SEBASTIÃO, A. K. (2015). *O Processo de paz em Angola: A Dimensão Internacional do Conflito Armado de Gbadolite à Luena*. Évora: Universidade de Évora.
- SELLSTRÖM, T. (2008). *A Suécia e as lutas de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau*. Suécia: NORDISKA AFRIKAINSTITUTET, Tradução de Júlio Monteiro.
- SOUSA, F. d. (2013). *O Nacionalismo Africano no Caminho Para a Democracia: A Transição do Poder Colonial para o Partido Único nos Palops*. Lisboa: CESA.
- WHEELER, D., & PÉLISSIER, R. (2011). *História de Angola*. Lisboa: Tintas da China.

ANEXOS

ANEXOS 1.OS FUNDADORES DA FNLA, MPLA E UNITA.



Jonas Savimbi: fundador da UNITA. Holden Roberto: fundador da FNLA. Mário Pinto de Andrade: fundador do MPLA

ANEXO 2.OS PRESIDENTES PROCLAMADORES DA INDEPENDÊNCIA.



Figura 2. A esquerda: A. Agostinho Neto. Ao meio Holden Roberto. A direita Jonas Savimbi.

Fonte: https://www.google.com/search?q=Nomes+de+nacionalistas+angolanos&sxsrf=ALeKk01MQgQZq4GD7d6KnPB3aVpMfX4hqA:1616330039925&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKewjX-fnOssHvAhWEDGMBHQQ5AQ0Q_AUoAXoECAEQAw&biw=1366&bih=568